

FRAGILIZAÇÃO DE GRANDES BANCOS NO INÍCIO DO PLANO REAL

Carlos Eduardo Carvalho e Giuliano Contento de Oliveira

RESUMO

A quebra de três grandes bancos privados no início do Plano Real (Econômico, Nacional e Bamerindus) tem sido atribuída ao aumento rápido e intenso dos empréstimos a partir da queda da inflação. Os dados dos balanços dos três bancos, contudo, mostram aumento do crédito nulo ou muito reduzido a partir de julho de 1994. O artigo defende que os problemas dos três bancos eram anteriores e foram agravados pela dificuldade de reagir ao cenário criado pela queda da inflação e pela política econômica restritiva do início de 1995.

ABSTRACT

The bankruptcy of three big private banks (Econômico, Nacional and Bamerindus) in the beginning of the Plano Real has been attributed to the fast and intense growth of loan after the fall of inflation. The three banks balance sheet data, however, show a decrease in credit amount or a very small growth from July 1994 to the bankruptcy. The article defends that the problems of the three banks came from the past and were aggravated by difficulties to face the new problems created by the end of high inflation and by the restrictive economic politics in 1995.

PALAVRAS-CHAVE

Quebra de bancos; Plano Real; bancos e inflação; Banco Econômico; Banco Nacional; Bamerindus

KEY WORDS

Banks bankruptcy; Real Plan; banks and inflation; Banco Econômico; Banco Nacional; Bamerindus

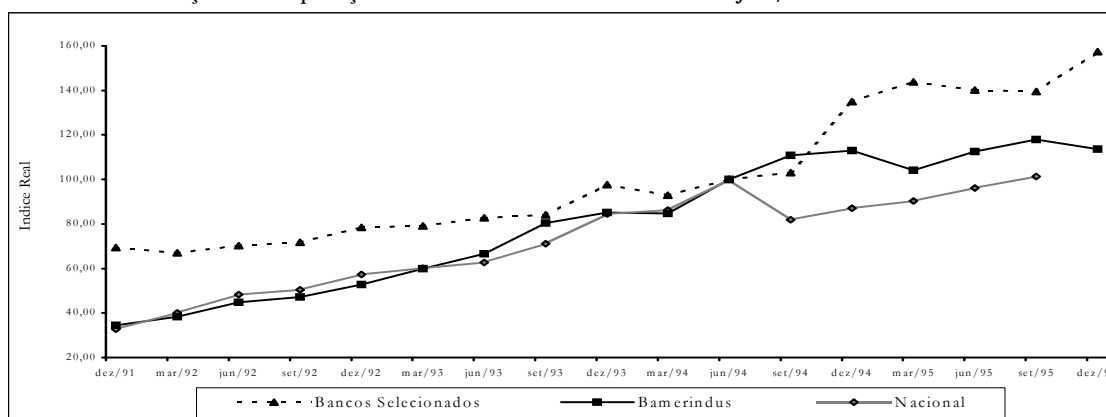
1. INTRODUÇÃO

A quebra de três dos maiores bancos privados brasileiros no início do Plano Real, Econômico, Nacional e Bamerindus, tem sido atribuída às mudanças trazidas para a atividade bancária pelo êxito do programa de estabilização. Na raiz dos problemas estaria o forte aumento da oferta de crédito a partir de julho de 1994 para compensar a perda das receitas propiciadas pela alta inflação. A rápida expansão do crédito teria sido feita à custa de menor qualidade das carteiras, explicitada com os efeitos da política econômica contracionista do início de 1995, em resposta à crise mexicana. O salto da inadimplência teria então abalado os bancos menos sólidos, por terem expandido o crédito com muita rapidez e agressividade após a queda da inflação.

Esta interpretação é insuficiente e parcialmente equivocada para explicar o

caso dos três bancos quebrados. Pelos balanços, apenas o Bamerindus dentre eles registrou crescimento real do crédito após a queda da inflação, mas em ritmo muito inferior ao de outros bancos de varejo, enquanto o Nacional e o Econômico tiveram redução real dos empréstimos. Antes do Plano Real, contudo, de 1992 a junho de 1994, quando o crédito bancário cresceu bem mais que nos meses seguintes à queda da inflação, o Nacional e o Bamerindus expandiram seus empréstimos em ritmo muito superior ao de outros bancos de varejo (Gráfico 1 e Tabela 1). Para ampliar a compreensão do comportamento do setor bancário brasileiro na passagem para a inflação baixa impõe-se, portanto, analisar a trajetória dos três grandes bancos quebrados e considerar também o período imediatamente anterior ao Plano Real. Estas questões são analisadas aqui com base em dados dos balanços patrimoniais de um grupo de bancos de varejo privados nacionais, de dezembro de 1991 a dezembro de 1995.

Gráfico 1 - Evolução das Operações de Crédito - Índice Real Base Jun/94=100 Deflator: IGP-DI

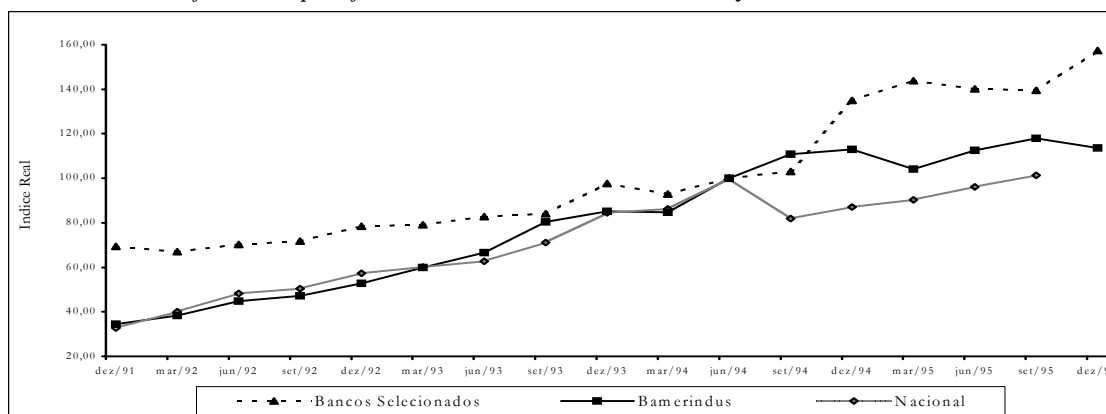


Fonte: Revista Bancária Brasileira. Diversas edições.

Bancos Seleccionados: Itaú, Bradesco, Real, Unibanco e Noroeste. Média ponderada pela participação relativa de cada banco em relação ao total das operações de crédito (soma de todos eles).

Elaboração dos autores.

Gráfico 1 - Evolução das Operações de Crédito - Índice Real Base Jun/94=100 Deflator: IGP-DI



Fonte: Revista Bancária Brasileira. Diversas edições.

Bancos Seleccionados: Itaú, Bradesco, Real, Unibanco e Noroeste. Média ponderada pela participação relativa de cada banco em relação ao total das operações de crédito (soma de todos eles).

Elaboração dos autores.

2. OS BANCOS DE VAREJO BRASILEIROS NO FINAL DA ALTA INFLAÇÃO

No enfoque pós-keynesiano, os bancos são analisados como empresas, preocupadas com a geração de lucros e com seu crescimento, sempre envolvidas em forte concorrência entre si e com outras empresas financeiras. Para viabilizar seus objetivos de expansão e de concentração de capital, os bancos exploram as possibilidades de lucro visualizadas a cada momento, de acordo com suas expectativas sobre o futuro. Com este propósito, administram seu ativo e seu passivo para não apenas manter o equilíbrio financeiro no médio e no longo prazo, inclusive em termos de imagem pública, mas também para enfrentar a concorrência com outros bancos e empresas financeiras e para proteger-se e tirar proveito de iniciativas do banco central que afetem os juros e as condições de demanda de crédito e de solvência de seus clientes.

O aumento generalizado e intenso do crédito de 1992 a julho de 1994 (Tabela 1) pode ser explicado como resposta dos bancos de varejo a três fatores. O primeiro era a queda da receita nas operações com títulos, decorrente da forte redução da dívida pública em mercado no Plano Collor, de março de 1990, e do fim das aplicações *overnight* no Plano Collor II, de janeiro de 1991. O segundo fator era o cenário econômico mais favorável, com a volta dos recursos externos em 1992 e a retomada do crescimento econômico. O terceiro era a perspectiva de queda da inflação, o que recomendava ampliar de imediato o crédito para não ter que fazê-lo sob as previsíveis restrições da fase inicial de um futuro programa de estabilização.

O forte aumento dos empréstimos naqueles anos indica que os grandes bancos estavam em condições de reagir com rapidez a restrições e a mudanças nas expectativas e de preparar-se para alterações mais profundas do quadro econômico, como a estabilização da moeda. Para alguns este cenário oferecia oportunidades para melhorar suas posições de mercado, desde que aceitassem os riscos de expandir o crédito com agressividade.

A capacidade de reação dos bancos brasileiros no início da década de 1990 resultava em em boa medida dos lucros expressivos dos anos anteriores, por conta não apenas das receitas permitidas pela alta inflação, mas também por terem os bancos se beneficiado com a política econômica orientada para enfrentar a grave crise externa dos anos 1980. O quadro favorável não os conduziu a uma postura imobilista e a maioria procurou reorientar sua atividade. Pesaram neste sentido também as transformações na atividade financeira nos países centrais, com a expectativa de ampliação tanto do acesso dos residentes a mercado mundiais quanto da presença de instituições financeiras estrangeiras no mercado brasileiro.

No início dos anos 1990 os bancos de varejo estavam diante dos desafios colocados pela conjuntura e pelo provável acirramento da concorrência. É correto supor que as instituições mais frágeis foram levadas a atuar agressivamente, pelo menos para defender sua posição de mercado, mesmo sem ter condições patrimoniais e de mercado para tanto. A maior disposição do Bamerindus e do Nacional para aumentar o crédito neste período pode ser atribuída a uma estratégia de avançar mais rápido que os concorrentes, com os riscos previsíveis. No caso do Bamerindus, merece destaque a diversificação problemática para o setor de celulose (Freitas, 2000:255-56) e o Nacional parece ter apostado tudo na expansão acelerada do crédito. Quando a inflação caiu, estes bancos estavam muito alavancados (Tabela 2) e provavelmente com carteiras de empréstimos de qualidade inferior à concorrência, o que reduziu sua capacidade de mudar a composição do ativo para substituir os ganhos da inflação. No Econômico esta dificuldade para reagir apareceu desde antes do Plano Real e se acentuou nos meses seguintes.

A guinada recessiva do início de 1995 deve ter sido suficiente para agravar os problemas dos três, mas a quebra dependeu da decisão do BCB. Pelo que se sabe, Econômico e Nacional estavam quebrados de fato meses antes da intervenção do BC e foram mantidos em operação por meio de uma série de iniciativas de financiamento e apoio da autoridade monetária, da mesma forma que o Bamerindus a partir da quebra do Nacional. É mais adequado, portanto, utilizar o conceito de fragilização, diante do peso decisivo das iniciativas do BC para definir se e quando quebrará um banco. O conceito de fragilização caracteriza melhor o processo microeconômico propriamente dito, enquanto o conceito de quebra privilegia a decisão do BC,

determinada por considerações que incluem o risco sistêmico, o quadro externo e o momento político.

3. A FRAGILIZAÇÃO DE ECONÔMICO, NACIONAL E BAMERINDUS

Apresentam-se aqui indicadores selecionados, de 1992 a 1995, dos três grandes bancos quebrados no início do Plano Real e de outros cinco bancos de varejo: Bradesco e Itaú, os dois maiores bancos privados; Unibanco, que passou a terceiro ao absorver o Nacional em novembro de 1995; Real e Noroeste, comprados depois por estrangeiros (ABN Amro e Santander).

A Tabela 2 registra o agravamento da situação patrimonial dos três bancos quebrados desde 1992 até junho de 1994, seguindo-se certa estabilidade nos primeiros meses da inflação baixa e uma curiosa tendência de recuperação em 1995. O índice patrimônio líquido sobre passivo total de Bamerindus e Nacional caiu da faixa de 9% a 12% no final de 1991 e 1992 para 6% a 7% de 1993 a junho de 1994, enquanto o índice do Econômico oscilou em torno de 9% a 10%. Vale destacar os números bem mais elevados de Bradesco e Itaú durante todo o período.

A Tabela 1 destaca algumas contas do ativo. A forte queda do ativo total dos oito bancos em setembro de 1994 refletiu o encolhimento da atividade bancária com o fim da inflação alta. Até junho de 1994, ao contrário, verificou-se expansão generalizada do ativo, bem menos intensa no Bradesco e no Itaú e menos ainda no Econômico, ao contrário do aumento muito forte no Nacional, da mesma forma que no Bamerindus até setembro de 1993.

Nas operações de crédito aparece mais claramente o comportamento singular de Nacional e Bamerindus (ver também o Gráfico 1). O aumento do crédito foi intenso nos dois desde 1992, bem acima de Bradesco e Itaú, mas perdeu fôlego depois da queda inflação: nos doze meses anteriores a julho de 1994, Nacional e Bamerindus expandiram o crédito em 53,8%, em média, enquanto Bradesco e Itaú avançaram 27,4%; nos primeiros doze meses do real, julho de 1994 a junho de 1995, a relação se inverteu: o crédito no Nacional caiu 4% e no Bamerindus subiu 13%, diante de 27% no Itaú e 42% no Bradesco. No Econômico o movimento foi diferente: aumento do crédito em ritmo semelhante ao dos líderes até o final de 1993 e estagnação ao longo de 1994.

Os dados referentes à participação do crédito no ativo total (Tabela 1) ressaltam outras diferenças. Bradesco e Itaú registraram percentual relativamente

constante até o real, em torno de 20% a 25% do ativo total, o que sugere ter havido política de crescimento mais cautelosa ou maior capacidade de crescer mantendo ganhos simultaneamente em crédito e em outras aplicações. Depois da queda da inflação a participação do crédito no ativo de ambos subiu para 35% a 40%, mas no Itaú começou a cair já em março de 1995. Os três bancos quebrados atingiram índices semelhantes antes do Plano Real: no Econômico e no Nacional o índice subiu de 40% para 45% do fim de 1991 a junho de 1994 e no Bamerindus a alta foi de 20% para 30%. Com a queda da inflação o índice subiu muito no Nacional (até 55%) e no Bamerindus (até 45%), embora o crédito tenha estagnado ou crescido a ritmo lento, ou seja, a alavancagem cresceu sem expansão significativa dos empréstimos. A política de provisionamento neste período foi bem menos rigorosa nos bancos quebrados que no Bradesco e no Itaú, o que parece de acordo com a hipótese de maior agressividade e disposição de correr riscos.

A Tabela 3 mostra que o aumento do crédito se assentou em forte aumento dos depósitos no conjunto dos bancos analisados, mas com ritmo e intensidade diferentes. O menor dinamismo foi do Econômico. Bamerindus e Nacional registraram forte aumento de depósitos antes de 1994 e conseguiram recuperar com rapidez as perdas dos primeiros meses da inflação baixa (embora o Bamerindus tenha sofrido novas perdas expressivas na segunda metade de 1995). A participação dos depósitos no passivo total não diferia muito entre os bancos em 1995, mas a composição variou muito nos anos analisados. Bradesco e Itaú mantiveram maior percentual de depósitos à vista em quase todo o período e a diferença se alargou muito depois de 1994. Nos depósitos de poupança a diferença era bem mais acentuada e também se ampliou a partir da entrada do real. Os recursos captados nestas duas modalidades tendem a ser mais estáveis e mais baratos, mesmo com a incidência de recolhimentos compulsórios e aplicações obrigatórias.

Em contrapartida, os três bancos quebrados se financiaram crescentemente com depósitos a prazo e interfinanceiros, em geral mais caros e menos estáveis que as modalidades citadas. É possível concluir que o encarecimento do passivo contribuiu para os problemas enfrentados.

É importante destacar que não há explicações claras para as "substituições" abruptas entre as rubricas de depósitos a prazo e interfinanceiros no Nacional em dezembro de 1992 e março de 1995, o que impede a análise do seu significado naquele período. O Bamerindus apresentou forte elevação das captações no mercado

aberto em 1995, de 0,9% do passivo total em abril para 11,0% em dezembro. É possível atribuir estas mudanças abruptas a determinações da fiscalização do Banco Central ou a conveniências dos bancos em relação a sua imagem pública na divulgação dos balanços.

4. CONCLUSÕES E COMENTÁRIOS FINAIS

Os números analisados mostram que a quebra do Econômico, Nacional e Bamerindus não pode ser atribuída ao aumento do crédito após a queda da inflação, ao contrário do que se afirma, e sugerem que foram decisivos os problemas herdados dos anos anteriores ao Plano Real.

A pesquisa indica também que os três casos diferem muito entre si. O Nacional e o Bamerindus aumentaram muito o crédito nos anos imediatamente anteriores ao Plano Real, o que indica uma estratégia de aproveitar o momento favorável para crescer mais que a concorrência e ganhar posições de mercado, mas à custa de chegarem a 1994 com níveis de alavancagem muito altos e, possivelmente, com carteiras de empréstimos de qualidade inferior à dos concorrentes. O comportamento do Econômico sugere grande dificuldade para reagir às flutuações da conjuntura macroeconômica e aos desafios da concorrência: agiu moderadamente antes da queda da inflação, quando outros bancos expandiam o crédito com rapidez; quando os bancos líderes passaram a expandir as operações com mais firmeza, no segundo semestre de 1994, o Econômico estagnou. A hipótese de fragilização se aplica também a ele, na medida em que suas dificuldades podem ser atribuídas a problemas com as carteiras de empréstimos acumulados em anos anteriores.

Apesar das diferenças, a trajetória dos três se enquadra na hipótese de que a fragilização ocorreu antes da queda da inflação e dificultou a capacidade de reação frente à forte mudança provocada pela queda abrupta da inflação. As dificuldades acumuladas devem ter contribuído bastante para que os três bancos não conseguissem aumentar o crédito em ritmo semelhante ao da concorrência no segundo semestre de 1994, quando era decisivo encontrar fontes de receita que compensassem o fim dos ganhos propiciados pela inflação alta. Nas condições em que se encontravam, os três bancos sofreram muito com os efeitos do choque do início de 1995, em especial o aumento generalizado da inadimplência.

A quebra dos três bancos está ligada ao quadro econômico da primeira metade da década, e não apenas ao que ocorreu a partir da queda da inflação. Os problemas

de cada um deles devem ser analisados a partir de sua situação específica e das estratégias que adotaram para enfrentar a concorrência, tentar ganhar mercado e crescer. O esclarecimento sobre o que de fato ocorreu depende do aprofundamento da pesquisa sobre a trajetória de cada um deles, a partir de dados mais detalhados e confiáveis que os dos balanços e que permitam avaliar os efeitos das estratégias adotadas, desde antes do real, sobre sua situação patrimonial e sobre seus resultados.

Tabela 1 - Contas selecionadas

Ativo Total - Índice Real Base

Período	dez/91	n
Bamerindus	49	
Nacional	37	
Econômico	78	
Itaú	69	
Bradesco	61	
Unibanco	50	
Real	45	
Noroeste	36	

Operações de Crédito (C.P. + I)

Tabela 2 - Patrimônio Líquido

Período	dez/91	ma
Bamerindus	11,9	
Nacional	9,4	
Econômico	12,8	
Itaú	19,5	
Bradesco	21,7	
Unibanco	14,1	
Real	12,2	
Noroeste	11,1	

Fonte: Revista Bancária Brasileira

nd = Dados não disponíveis.

Elaboração dos autores

Tabela 3 (continuação) - Depós

Período	dez/91	m
Bamerindus	16,2	
Nacional	8,9	
Econômico	11,6	
Itaú	16,2	
Bradesco	23,4	
Unibanco	11,2	
Real	-	
Noroeste	6,7	

Depósitos a Prazo (C.P. + L.P.)

Período	dez/91	m
----------------	--------	---

Tabela 3 (continuação) - Depós

Período	dez/91	m
Bamerindus	16,2	
Nacional	8,9	
Econômico	11,6	
Itaú	16,2	
Bradesco	23,4	
Unibanco	11,2	
Real	-	
Noroeste	6,7	

Depósitos a Prazo (C.P. + L.P.)

Período	dez/91	m
----------------	--------	---

5. Bibliografia

- Alves Jr., Antônio J. (2001). *A Transição do Sistema Bancário Brasileiro da Alta Inflação para a Estabilidade: Fragilização, Instabilidade e Recomposição*. Rio de Janeiro: UFRJ, tese de doutorado em Economia, 180 p.
- Assis, José C. (1997). "Porque quebram os bancos no Brasil". Rio de Janeiro, Faculdades Integradas Cândido Mendes, *Archè*, ano VI, n. 16, p. 9-47.
- Barros, José R. Mendonça de; Almeida Jr., Mansueto F. (1997). "Análise do ajuste do sistema financeiro no Brasil". Brasília, Arko Advice, *Política Comparada*, v.1, n.2, mai./ago., p. 89-132.
- Bezerra, Rogério Sobreira (1994). "A teoria pós-keynesiana da firma bancária". Rio de Janeiro, Faculdades Integradas Cândido Mendes Ipanema, *Archè*, ano III, n. 7, p.110-135.
- Cardim de Carvalho, Fernando (1996). "Price stability and banking sector distress in Brazil after 1994". Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Economia, *Textos para Discussão* n.388, mar., 43 p.
- Carneiro, Dionísio D.; Werneck, Rogério L. F.; Garcia, Márcio G. P.; Bonomo, Marco A. (1994). "El fortalecimiento del sector financiero en la economía brasileña". In: Frenkel, Roberto (Ed.), *El Fortalecimiento del Sector Financiero en el Proceso de Ajuste: Liberalización y Regulación*. Buenos Aires, BID/CEDES, p. 87-149.
- Carvalho, Carlos E. (1996a). "Três ensaios sobre a política monetária no Plano Real". In: Sawaya, Rubens (org.), *O Plano Real e a Política Econômica*. São Paulo, Educ, Cadernos PUC Economia 2, p. 43-78.
- Carvalho, Carlos E. (1996b). "Crise bancária questiona a independência do BCB". São Paulo, *Economia em Perspectiva*, Conselho Regional de Economia, jan., p. 2-3.
- Chick, Victoria (1986). "The evolution of the banking system and the theory of saving, investment and interest". Paris, *Economie et Société*, Serie Monnaie et Production, n. 3, août./sep., p. 111-126.
- Corazza, Gentil (2000). "Crise e reestruturação bancária no Brasil". Porto Alegre, UFRS, *Texto para Discussão* 08, 21 p.
- Freitas, Maria Cristina P. (1997). "A natureza particular da concorrência bancária e seus efeitos sobre a estabilidade financeira". Campinas, IE/Unicamp, *Economia e Sociedade*, n.8, jun., p. 51-83.
- Freitas, Maria Cristina P. (2000). "Política financeira, fragilidade e reestruturação bancária". In: Carneiro, Ricardo et al., *Gestão Estatal no Brasil: armadilha da estabilização 1995-1998*. São Paulo, Fundap, p. 237-295.
- Giannico, Maíra (2000). *O Crédito Bancário no Plano Real (1994-1997)*. São Paulo, PUCSP, dissertação de mestrado em Economia Política, 291 p.
- IBGE (1997). *Sistema Financeiro: Uma Análise a Partir das Contas Nacionais*. Rio de Janeiro, IBGE, 164 p.
- Keynes, John M. (1933). *A Treatise on Money*. London: Macmillan and Co., 1933.
- Keynes, John M. (1985). *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo, Nova Cultural.
- Madi, Maria Alejandra C. e Meleti, Patricia M. F. (1995). "Tendências estruturais dos bancos privados no Brasil: Dinâmica das relações entre bancos e empresas não-financeiras (1990-94)". São Paulo, Fundap/IESP, Textos de Discussão.
- Minsky, Hyman (1986). *Stabilizing an Unstable Economy*. New Haven, Yale University Press.
- Oliveira, Giuliano C. (2001). "O processo de fragilização dos bancos Bamerindus, Econômico e Nacional: uma abordagem alternativa". São Paulo, PUCSP, Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária – FEA/PUCSP, monografia de bacharelado.
- Paula, Antônio D. (2000). *A Lucratividade do Setor Bancário Privado e Nacional (1991-95)*. São Paulo: PUCSP, dissertação de mestrado em Economia Política, 173 p.
- Paula, Luís F. R.; Alves Jr., Antônio J. e Marques, Maria Beatriz Leme (2001). "Ajuste patrimonial e padrão de rentabilidade dos bancos privados no Brasil durante o Plano Real (1994/98)". São Paulo, *Estudos Econômicos*, v. 31, n. 2, p. 285-319.
- Revista Bancária Brasileira*. Rio de Janeiro, diversos números.
- Soares, Ricardo P. (2001). "Evolução do crédito de 1994 a 1999: uma explicação". Brasília, IPEA, *Texto para Discussão* 808, julho, 48 p.
- Troster, Roberto L. (1997). *Overbanking no Brasil*. São Paulo, Makron Books, 102 p.